



# Diário da Justiça

REPÚBLICA  
FEDERATIVA  
DO BRASIL

ANO LXVII — Nº 7

SEXTA-FEIRA, 10 DE JANEIRO DE 1992

BRASÍLIA — DF

## Sumário

	Página
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	29
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA .....	29
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.....	29
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR .....	38
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO .....	39

## Supremo Tribunal Federal

### Presidência

#### RETIFICAÇÃO

Na Resolução nº 82, publicada no D.J. de 08/01/92, Seção I, pág. 21, onde se lê: DE 03 DE JANEIRO DE 1991, leia-se: DE 03 DE JANEIRO DE 1992.

## Superior Tribunal de Justiça

### Presidência

#### INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02, DE 08 DE JANEIRO DE 1992

O Presidente do Superior Tribunal de Justiça no uso das atribuições que lhe confere o art. 21, inciso XX, do Regimento Interno, e, considerando o expediente da Comissão de Coordenação contido no Processo Avulso nº 98/91-DG, resolve:

Art. 1º Os autos dos processos judiciais no Superior Tribunal de Justiça serão formados por volumes cujo número de folhas não poderá exceder a 200 (duzentas).

§1º Ocorrendo a hipótese prevista neste artigo, será providenciado o encerramento do volume e a abertura de um novo, mediante termo próprio, assinado pelo Diretor da Subsecretaria competente.

§2º A numeração das folhas do novo volume dos autos do processo judicial será contínua à do anterior, inserindo-se na capa todas as anotações e registros constantes da capa do volume encerrado.

Art. 2º A Subsecretaria de Registro e Informações Processuais, por ocasião da autuação, procederá ao desmembramento dos autos dos processos judiciais, inclusive daqueles que chegam ao Tribunal em grau de recurso, observado o disposto no artigo anterior.

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogada a Instrução Normativa nº 05, de 30 de abril de 1985.

MINISTRO ANTÔNIO TORREÃO BRAZ

## Conselho da Justiça Federal

#### RESOLUÇÃO Nº 45, DE 08 DE JANEIRO DE 1992

Dispõe sobre a aplicação do artigo 2º da Lei nº 8.390, de 30 de dezembro de 1991, aos magistrados e servidores da Justiça Federal de Primeiro e Segundo Grau e da Secretaria do Conselho da Justiça Federal.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso das atribuições conferidas pelos artigos 105, parágrafo único, da Constituição Federal, 82 e 72 da Lei nº 7.746, de 30 de março de 1989, e 92, IX, do Regimento Interno e tendo em vista os termos dos artigos 37, X, da Constituição Federal, e 22 da Lei nº 7.808, de 20 de julho de 1988, "Ad referendum", resolve:

Art. 1º - Aplicar aos magistrados e servidores da Justiça Federal de Primeiro e Segundo Grau e aos servidores da Secretaria do Conselho da Justiça Federal o disposto no artigo 2º, incisos I, II e III, da Lei nº 8.390, de 30 de dezembro de 1991, publicada no Diário Oficial - Seção I - do dia 31 seguinte.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

MINISTRO ANTÔNIO TORREÃO BRAZ

## Tribunal Superior do Trabalho

### Secretaria do Tribunal Pleno

PROC. Nº TST-MC-31723/91.4

Requerente: AGOTTA AGNES ZYMAN

Advogado : Dr. Abram Zyman

Requerida : JUÍZA DE DIREITO PRESIDENTE DA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE SÃO PAULO

#### DESPACHO

Ante a informação obtida de São Paulo, o Agravo de Petição interposto pela Requerente recebeu o nº Q2-91-0177267, foi julgado e provido por aquele Regional no dia 23.09.91, sendo devolvido a instância de origem. Diante disso, a presente Medida Cautelar, que tem a mesma finalidade de ver sustentados os efeitos da Carta de Arrematação, perdeu seu objeto, em face do provimento do Agravo de Petição.

Publique-se.

Brasília, 19 de dezembro de 1991.

MINISTRA CNÊA MOREIRA  
Relatora



MC-40.279/91.0

Requerente: OSWALDO FAGANELLO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LIMITADA

Advogado: Dr. Wilton Osório Meire Costa

Requerido: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DO MOBILIÁRIO DE ARAÇATUBA

## DESPACHO

Torne-se sem efeito o despacho de fls. 322, ante o já exarado às fls. 318/20, extinguindo o processo sem julgamento do mérito, do qual não se interpôs agravo em tempo hábil.

Custas, pelo requerente, sobre o valor dado à inicial. Após, arquivar-se.

Publique-se.

Brasília, 19 de dezembro de 1991.

MINISTRO NORBERTO SILVEIRA DE SOUZA  
Relator

TST-MS-42146/91.3  
SL/mgc

Impetrante: EURICO GABRIEL BALDINI JÚNIOR

Advogado: Vasco Rezende Silva

Impetrado: JUIZ PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 18ª REGIÃO

TST

## DESPACHO

1. Cuida-se de mandado de Segurança impetrado por Eurico Gabriel Baldini Júnior contra ato do Sr. Dr. Juiz Presidente do e. Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região.

2. O ato impugnado é o acórdão nº 618/91, proferido pelo Plenário daquele Tribunal, que denegou o processamento do recurso ordinário do agravante por considerá-lo deserto.

3. Alega o ora impetrante, que por um equívoco do cartório, não foi anexado ao processo o comprovante do pagamento das custas realizado na mesma data em que protocolizado o seu recurso ordinário, conforme prova documental juntada aos autos.

4. Sustenta, ainda, que a decisão dada ao agravo de instrumento, sem considerar o efetivo e tempestivo pagamento das custas processuais viola o princípio constitucional do direito de ampla defesa das partes e que, de acordo com a atual jurisprudência, é admissível ação de mandado de segurança para impugnar ato judicial passível de ocasionar dano irreparável, entendendo estar, também, presentes o "fumus boni iuris" e o "periculum in mora", ensejadores da liminar requerida.

5. O presente mandado de segurança, foi impetrado originalmente neste Tribunal Superior que é manifestadamente incompetente. A Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Lei Complementar nº 35), no seu art. 21, VI, dispõe que a competência para julgar mandado de segurança contra ato praticado por Juiz Presidente de Tribunal é originariamente da própria Corte, sendo que, o mesmo princípio foi mantido pela atual Constituição Federal, como se infere da leitura dos artigos 120, I, "d"; 105, I, "b" e 108, I, "c".



## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Imprensa Nacional — IN

SIG — Quadra 6, Lote 800 — 70604 — Brasília/DF

Telefones: PABX: (061) 321-5566 — Fax: (061) 225-2046

Telex: (061) 1356 DIMN BR

CGC/MF: 00394494/0016-12

ENIO TAVARES DA ROSA  
Diretor-Geral

NELSON JORGE MONAIAR  
Coordenador de Produção Industrial

## DIÁRIO DA JUSTIÇA — Seção I

Órgão destinado à publicação dos atos dos Tribunais Superiores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA  
Chefe da Divisão de Jornais Oficiais

JOSÉ EDMAR GOMES — MIGUEL FELIX DOS ANJOS  
Editores

Publicações: os originais devem ser entregues na Seção de Seleção e Registro de Matérias no horário das 7:30 às 13:00 horas, ininterruptamente. Qualquer reclamação tem de ser encaminhada por escrito à Divisão de Jornais Oficiais no prazo de cinco dias úteis após a publicação.

Assinaturas: as assinaturas valem a partir de sua efetivação e não incluem os suplementos, que podem ser adquiridos separadamente.

Preços	Diário Oficial			Diário da Justiça	
	Seção I	Seção II	Seção III	Seção I	Seção II
Assinatura trimestral .....	Cr\$ 29.040,00	Cr\$ 7.360,00	Cr\$ 26.400,00	Cr\$ 29.440,00	Cr\$ 46.620,00
Portes:					
Superfície .....	Cr\$ 13.860,00	Cr\$ 6.864,00	Cr\$ 13.860,00	Cr\$ 12.276,00	Cr\$ 25.212,00
Aéreo .....	Cr\$ 39.732,00	Cr\$ 19.602,00	Cr\$ 39.732,00	Cr\$ 39.732,00	Cr\$ 71.940,00

Informações: Seção de Assinaturas e Vendas — SEAVEN/DIVOM  
Telefone: (061) 321-5566 Ramais: 305/309/399/314/317/328/325  
Horário: 8:00 às 12:00h e 13:00 às 17:00h.

6. Desta forma não há dúvidas de que este mandado deveria ser impetrado perante o próprio Tribunal Regional da 18ª Região, em face do que, na forma do art. 18, XX e XXI do RITS, extingue o processo nos termos do inciso IV, do art. 267 do CPC.

7. Custas a cargo do impetrante, a serem calculadas pelo valor dado à causa na inicial.

Calcule-se e intime-se.

Publique-se.

Brasília, 19 de dezembro de 1991.

MINISTRO LUIZ JOSÉ GUIMARÃES FALCÃO  
Presidente do Tribunal

TST-MC-42.271/91.5

WM/afrc

## MEDIDA CAUTELAR INOMINADA

REQUERENTE: FUNDESP - COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA

Advogado: Dr. Carlos Gilberto Ciampaglia

REQUERIDO: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE SÃO PAULO

TST

## DESPACHO

1. Fundesp - Comércio e Indústria Ltda. ajuíza ação cautelar, com pedido de liminar, pretendendo suspender os efeitos da decisão prolatada pelo TRT da 2ª Região nos autos do processo nº TRT-DC-309/91-A, com relação à cláusula alusiva à Cesta Básica.

2. O remédio judicial de que ora se cuida reclama a satisfação dos seguintes pressupostos específicos: o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*. Reunidos tais requisitos, caracteriza-se a iminência de dano irreparável ou de difícil reparação.

3. A cláusula em referência foi deferida nos seguintes termos:

"Confessando o D. Patrono da suscitante que, 60% de seus empregados percebem o salário normativo da categoria, o que é corroborado pelos documentos de fls. 10/14, concedo, face aos baixos salários praticados pela empregadora, Cesta básica, face ao caráter alimentar que a mesma contém, devendo a mesma ser implantada no mês de setembro do corrente ano e conter cerca de 27 quilos de alimentos, que compoñham a alimentação básica do trabalhador paulista" (fls. 37).

4. Constata-se que a instituição da cláusula, além de contrariar o entendimento prevalente nesta Corte, irá acarretar enorme ônus à empresa requerente. Com efeito, este Tribunal vem decidindo no sentido de que a matéria é própria de acordo coletivo, não podendo ser contemplada em sentença normativa por representar ingerência no poder diretivo do empregador (Precedente: TST-DC-38.177/91.4, julgado em 30.10.91, DJU de 13.12.91). Além disso, mesmo que seu recurso ordinário obtenha êxito, a empresa não poderá reaver os valores gastos com o benefício, vez que insuscetíveis de devolução os salários ou vantagens pagos em execução de julgado (Lei nº 4.725/65, art. 6º, § 3º).

5. Desta forma, presentes os requisitos fomentadores da providência acautelatória, concedo a liminar requerida para suspender, até o julgamento do recurso ordinário, os efeitos da cláusula concessiva de Cesta Básica. De-se ciência ao TRT da 2ª Região e, após, distribua-se a presente ação cautelar.

Publique-se.

Brasília, 19 de dezembro de 1991.

MINISTRO LUIZ JOSÉ GUIMARÃES FALCÃO  
Presidente do Tribunal

TST-MC-42.315/91.1

SL/afrc

## MEDIDA CAUTELAR INOMINADA

REQUERENTE: SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO ESTADO DO PARANÁ - SINDUSCON

Advogado: Dr. Lineu Miguel Gomes

REQUERIDOS: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL, OLARIAS, DE MARMÓRES E GRANITOS, ARTEFATOS DE CIMENTO ARMADO, DE CERÂMICA PARA CONSTRUÇÃO DE CURITIBA E REGIÃO E OUTROS

TST

## DESPACHO

1. O Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Paraná - SINDUSCON - ajuíza ação cautelar, com pedido de liminar, pretendendo suspender os efeitos da sentença normativa prolatada pelo TRT da 9ª Região, quando do julgamento do TRT-PR-DC-0145/91 (fls. 10/11).

2. Em suas razões de fls. 2/8, sustenta o requerente que a decisão Regional, deferindo o somatório do reajuste excepcional à antecipação bimestral e não permitindo a compensação do abono incorporado aos salários do mês de setembro, determinou, na verdade, um real aumento de salário em meio a vigência de convenções coletivas, o que é insustentável pelas empresas no presente momento, podendo gerar "demissões em massa e quebras em todo o Estado do Paraná". Aduz, ainda, que não foi observada a política salarial vigente.

3. O e. Tribunal Regional em dissídio coletivo de natureza jurídica, interpretando a Lei nº 8222/91, proferiu a seguinte decisão:

"... 1) por maioria de votos, vencidos parcialmente os Exmºs Juízes Revisor, Silvonei Sérgio Piovesan, Dêlvio José Machado Lopes e Pretextato Pennafort Taborda Ribas Netto, que não incorporavam o abono previsto na Lei 8.238/91 para com-



PROC. Nº TST-AI-39728/91.9  
(12ª Região)

Agravante : INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA -INCRA  
Procuradora : DRA. MARIZA GUENTHER  
Agravados : JAMIR ALBERTO MARTINS E OUTROS

DESPACHO

O presente agravo de instrumento apresenta-se intempestivo. É que a conclusão do despacho foi publicada no Diário da Justiça do Estado do dia 15.08.91, que só circulou em 16.08.91 (sexta-feira), conforme certidão de fls. 39. Assim, o prazo começou a fluir no dia 19.08 (segunda-feira) e terminou em 3.09. (terça-feira), considerando-se que o agravante goza dos privilégios do Decreto-Lei 779/69.

O recurso foi interposto no dia 11.09, fora, portanto, do prazo legal.

Destarte, nego seguimento ao agravo, com base no § 5º do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho, combinado com o § 1º do artigo 63 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.

Publique-se.

Brasília, 11 de dezembro de 1991.

MINISTRO AFONSO CELSO MORAES DE SOUSA CARMO  
Relator

PROC. Nº TST-AI-39737/91.5 (7ª Região)  
AGRAVANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA  
Advogado : DR. Luiz Praxedes V. da Silva  
AGRAVADO : FRANCISCO AIRTON DE SOUSA LIMA  
Advogado : Dr. Tarcísio Leitão de Carvalho

DESPACHO

O Egrégio Tribunal da 7ª Região negou provimento ao recurso da Reclamada, sustentando que conforme o disposto no Artigo 3º "caput" e 444 da Consolidação das Leis do Trabalho, ficou reconhecido o vínculo laboral do Reclamante, para todos os efeitos legais, mesmo, em se tratando de servidor municipal, admitido sem concurso público antes da Constituição Federal/88.

Inconformada, recorreu de Revista, Prefeitura Municipal de Fortaleza, às fls. 21. O r. despacho denegou seguimento à Revista, entendendo estar ausentes as hipóteses previstas no Artigo 896, letras "a" e "b" consolidadas.

Incensurável o r. despacho denegatório, eis que o presente recurso não acostou aos autos divergência jurisprudencial e tampouco apontou violação a dispositivo legal, pressupostos estes, fundamentais para a admissibilidade do apelo.

Assim, aplicável "in casu" o Enunciado nº 42 do Tribunal Superior do Trabalho conforme iterativa jurisprudência desta Corte, em razão do recurso encontrar-se desfundamentado, e conseqüentemente, nego seguimento ao mesmo com fulcro no § 5º do Artigo 896 consolidado.

Publique-se.

Brasília, 06 de dezembro de 1991.

MINISTRO FERNANDO VILAR  
Relator

PROC. Nº TST-AI- 39741/91.4 (7ª Região)  
AGRAVANTE : UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
Procurador: Dr. Francisco Everardo C. Cirino  
AGRAVADA : TEREZA LEITE MARTINS  
Advogado : Dr. Ernandes N. de Oliveira

DESPACHO

O Egrégio Tribunal da 7ª Região deu provimento ao recurso da Reclamante, sintetizando na ementa: "fls.19"

"CARGO DE CONFIANÇA. FIDÚCIA IMPUTADA POR TERCEIRO. GRUPO SEGURANÇA E INFORMAÇÕES.

Estrutura composta por empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, na forma do Dec. Nº 75639/75 e Dec. Lei 1.400/75. À luz dos arts. 2º e 3º da CLT empregador e empregado são os agentes que emitem vontade e contraem obrigações na tessitura do contrato de trabalho. Ilegal e destituída de eficácia a faculdade reservada ao SNI para indicar às unidades autárquicas, no caso a Universidade Federal do Ceará, emprego rotulado com a fidúcia do provimento em comissão, em completo desacordo com os princípios da irrenunciabilidade das normas trabalhistas e os da primazia da realidade sobre a forma. A confiança própria de órgão de segurança política não se confunde com a confiança emergente do Direito do Trabalho. Sendo celetistas os contratos não lhes pode o Poder Público impingir a cláusula ad nutum inerente aos contratos administrativos, tão somente pelo privilégio de ser ele o agente contratante, porque neles, em razão de sua própria escolha, o Estado se desveste do jus imperii e desce à planície onde se submete às condições do particular. A doutrina e a jurisprudência, exuberantes e definitivas, rejeitam simulações urdidas à sombra da ilegitimidade, no sentido de tentarem configurar como de confiança empregos celetistas desacompanhados dos poderes de administração, gestão e mando."

Inconformada a Reclamada recorreu de Revista, tendo seu apelo denegado, o que ensejou a interposição do presente Agravo de Instrumento.

No recurso a Reclamada argüi afronta aos Artigos 499 da Consolidação das Leis do Trabalho; 4º do Decreto-Lei 1.400/75 e 37 da Constituição Federal.

A arguição de ofensa constitucional encontra-se preclusa diante da ausência de prequestionamento perante o Tribunal "a quo".

Os demais dispositivos legais foram interpretados com razoabilidade pelo acórdão recorrido, atraindo a incidência do Enunciado nº 221 desta Corte.

Desse modo, com fulcro nos Enunciados nºs 221 e 297 desta Corte e, usando da prerrogativa que me confere o § 5º do Artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho, nego seguimento ao agravo.

Publique-se.

Brasília, 05 de dezembro de 1991.

MINISTRO FERNANDO VILAR  
Relator

PROC. Nº TST-AI-39782/91.4 (4ª REGIÃO)  
AGRAVANTE: PETROFLEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A  
Advogado : Dr. Hélio Faraco de Azevedo  
AGRAVADA : ELIANE SALLES DA SILVA  
Advogado : Dr. José Osório Mongelô da Silva

DESPACHO

O Egrégio Tribunal da 4ª Região negou provimento ao recurso da Reclamada, fundamentando que: "in verbis" (fls. 64)

"Intermediação de mão-de-obra apresentada sob a forma de contrato de prestação de serviços. Caracterização do vínculo empregatício com a tomadora de serviços, ante a presença dos pressupostos do art. 3º da CLT. Incidência do Enunciado 256 do TST."

Inconformada, recorreu de Revista Petroflex - Indústria e Comércio S/A, trazendo aresto que entende divergente.

O r. despacho, às fls. 82, negou seguimento ao apelo, entendendo que a divergência jurisprudencial não restou caracterizada e incide a hipótese o Enunciado nº 256 do Tribunal Superior do Trabalho.

Incensurável o r. despacho denegatório haja vista que o teor do Enunciado Retro menciona que: "salvo os casos de trabalho temporário e de serviço de vigilância, previstos nas Leis nºs 6.019/74 e 7.102/83, é ilegal a contratação de trabalhadores por empresa interposta, formando-se o vínculo empregatício diretamente com o tomador de serviços".

Assim, mediante esta fundamentação, aplicável "in casu" o Enunciado nº 256 desta Corte, conforme o posicionamento adotado pelo v. Acórdão e o aresto trazido a cotejo, não aborda o ponto nodal defendido pelo v. "decisum", restando inespecífico e ensejando a aplicação do Enunciado nº 296 do Tribunal Superior do Trabalho.

Ante o exposto, com fulcro nos Enunciados nºs 256 e 296 do Tribunal Superior do Trabalho, nego seguimento ao Agravo.

Publique-se.

Brasília, 13 de dezembro de 1991.

MINISTRO FERNANDO VILAR  
Relator

PROC. Nº TST-AI-39857/91.7 (9ª Região)  
AGRAVANTE: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF  
Advogado : Dr. Geraldo Saviani da Silva  
AGRAVADA : ELAINE BUENO FOCAGNOLLO FERREIRA

DESPACHO

O Egrégio Tribunal da 9ª Região negou provimento ao Agravo de Instrumento da Reclamada fundamentando que o Agravo de Petição soamente foi protocolado no dia 9 de outubro de 1990, depois de decorridos 13 (treze) dias da intimação, encontrando-se o apelo intempestivo.

A Reclamada opôs Embargos Declaratórios, os quais foram rejeitados.

Irresignada, Caixa Econômica Federal recorreu de Revista, apontando violação ao Artigo 5º, Inciso XXXV da Constituição Federal e trazendo aresto que entende divergente.

O r. despacho, às fls. 53, denegou seguimento ao recurso, entendendo ser aplicável ao caso o Enunciado nº 218/TST.

Incensurável o r. despacho denegatório, haja vista o teor do Enunciado nº 218: "É incabível o Recurso de Revista contra Acórdão Regional prolatado em Agravo de Instrumento".

Assim, fulcrado no Enunciado retro e no § 5º do Artigo 896 consolidado, nego seguimento ao Recurso.

Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 1991.

MINISTRO FERNANDO VILAR  
Relator



PROC. Nº TST-AI-39875/91.8

(2ª Região)

Agravantes: BANCO REAL S/A E OUTRO  
 Advogada : Dra. Lúcia Maria Gomes Pereira  
 Agravados : EDSON ROBERTO JUSTINO E OUTROS  
 Advogado : Dr. Ricardo Artur C. E. Trigueiros

**DESPACHO**

Agravo de instrumento dos reclamados contra o respeitável despacho de fls. 88, que negou seguimento a sua revista, ao fundamento de que a decisão recorrida está em consonância com o Enunciado 239 do Colendo Tribunal Superior do Trabalho.

O respeitável despacho denegatório deve ser mantido.

Com efeito, o Egrégio Regional entendeu que, no resumo analítico de faturamento da Companhia Real de Processamento de Dados, verifica-se que a totalidade das empresas a que a segunda recorrente presta serviços e do Grupo Real, sendo certo que bem mais de 60% (sessenta por cento) dos serviços são direcionados ao Banco Real. Concluiu, então, pela pertinência a hipótese do Enunciado 239.

Destarte, com fulcro no § 5º do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho, c/c o artigo 63, § 1º, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, nego seguimento ao agravo.

Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 1991.

MINISTRO AFONSO CELSO MORAES DE SOUSA CARMO  
 Relator

PROC. Nº TST-AI-39976/91.1

(9ª Região)

Agravante : CIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ - COHAPAR  
 Advogado : DR. ANTÔNIO R. DA S. NETO  
 Agravado : SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL, DE OLARIA, DE CERÂMICA PARA CONSTRUÇÃO, DE ARTEFATOS DE CIMENTO ARMADO E MÁRMORES E GRANITOS DE CURITIBA.  
 Advogado : DR. MAURO JOSÉ AUACHE

**DESPACHO**

Agravo de instrumento da COHAPAR contra o respeitável despacho que denegou curso a sua revista.

O apelo da agravante não merece prosperar, tendo em vista que, nos autos, não consta o traslado do respeitável despacho denegatório, desatendendo, assim, ao disposto no verbete sumular 272 desta Egrégia Corte.

Portanto, com apoio no referido Enunciado e fulcro no § 5º do artigo 896 consolidado, c/c o § 1º do artigo 63 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, nego seguimento ao agravo.

Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 1991.

MINISTRO AFONSO CELSO MORAES DE SOUSA CARMO  
 Relator

PROC. Nº TST-AI-39771/91.4

(4ª Região)

AGRAVANTE: VIAÇÃO OURO E PRATA S/A  
 Advogado : Dr. Clodory de Oliveira França  
 AGRAVADOS: EDSON SOUZA IBALDO E OUTROS

**DESPACHO**

Ao analisar os autos, verificou-se que a procuração, às fls. 08/08v., está datada de 28 de junho de 1988 e com a ressalva de que a mesma é válida por dois anos.

Ocorre que o subscritor do Agravo, opôs o presente recurso, em 20/08/91, portanto, fora do prazo à validade da procuração que lhe outorgava poderes, restando o mandato procuratório irregular.

Assim, com fulcro no Enunciado nº 272/TST e no § 5º do Artigo 896 consolidado, nego seguimento ao Agravo.

Publique-se.

Brasília, 11 de dezembro de 1991.

MINISTRO FERNANDO VILAR  
 Relator

PROC. Nº TST-AI-39845/91.9

(6ª REGIÃO)

AGRAVANTE: JOSÉ CLÁUDIO DA COSTA  
 Advogado : Dr. Carlos Bezerra Calheiros  
 AGRAVADO : AGRIMENSURA TÉCNICA MARIN LTDA S/C  
 Advogado : Dr. José Fabiano Alves

**DESPACHO**

Da análise dos autos verificou-se que a publicação do r. despacho, às fls. 63, deu-se em 27 de março de 1991 e o presente Agravo somente foi interposto em 10/04/91. Como a publicação ocorreu no início

do feriado da Semana Santa, a contagem do prazo começaria a partir do primeiro dia útil, ou seja, 1º de abril e conseqüentemente, a interposição do recurso teria que ter ocorrido no dia 8 do mesmo mês.

Conclui-se, então, que o presente apelo encontra óbice intransponível ao seu conhecimento traduzido na sua intempestividade, negando-se seguimento ao mesmo, com base no § 5º do Artigo 896 consolidado do "in fine" da Lei nº 7.701/88.

Publique-se.

Brasília, 12 de dezembro de 1991.

MINISTRO FERNANDO VILAR  
 Relator

PROC. Nº TST-AI-39868/91.7

(2ª Região)

AGRAVANTE: BANCO SAFRA S/A  
 Advogado : Dr. José Chiancone Neto  
 AGRAVADO : JOÃO ANTONIO COFFONE  
 Advogado : Dr. Renato Rua de Almeida

**DESPACHO**

O Egrégio Tribunal da 2ª Região rejeitou a preliminar de cerceio de defesa e no mérito, negou provimento ao recurso do Reclamado.

Desta decisão, recorreu de Revista Banco Safra S/A, apontando violação aos artigos 224 § 2º, 818 consolidados, contrariedade aos Enunciados nºs 166, 233, 238 e 287 desta Corte e trazendo arestos que entende divergentes.

O r. despacho, às fls. 39, entendeu que a questão envolve matéria de prova, a teor do Enunciado nº 126/TST.

**Preliminar de cerceio de defesa**

O v. Acórdão Regional rejeitou esta preliminar, asseverando que objeção alguma houve por parte do Réu da condução da instrução, i, não existindo inconformidade por indeferimento da prova, restando preclusa a questão.

O Agravante ao tentar demonstrar divergência jurisprudencial, não abordou o ponto nodal defendido pelo v. "decisum", incidindo no Enunciado nº 296/TST.

**Das 7ª e 8ª horas e ajuda-alimentação**

Neste item, o v. "decisório" entendeu que em função da inexistência de oposição quanto ao indeferimento de prova de audiência, não restou demonstrado nos autos, o alegado cargo de confiança, resultando superada a questão da base de cálculo da gratificação de função. E, ainda que a gratificação superasse 50% do salário, a jornada do obreiro era de 6 horas, fazendo jus às horas extras deferidas.

Diante do reconhecimento da jornada extra pelo Egrégio Regional, tornou-se devida a ajuda-alimentação.

Portanto, diante do posicionamento adotado pelo v. Acórdão, conclui-se que a matéria reveste-se de notória faticidade, encontrando óbice no Enunciado nº 126 desta Corte, por ser impossível a análise de fatos e provas pela Instância Superior.

Ademais, as pretensas afrontas aos dispositivos legais e Enunciados do Tribunal Superior do Trabalho, não restaram configuradas, por não ser adequarem à hipótese debatida.

**Dos prêmios**

No tocante à hipótese dos prêmios, restou desfundamentada, em razão do Agravante não trazer violação a dispositivo legal e tampouco divergência jurisprudencial.

Ante o exposto, com fulcro nos Enunciados nºs 126, 296 e no § 5º do Artigo 896 consolidado (Lei 7.701/88), nego seguimento ao Agravo.

Publique-se.

Brasília, 12 de dezembro de 1991.

MINISTRO FERNANDO VILAR  
 Relator

**Superior Tribunal Militar****Presidência**

ATO Nº 9.646, DE 03 DE JANEIRO DE 1992

O DOUTOR ANTONIO CARLOS DE NOGUEIRA, MINISTRO VICE-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, NO EXERCÍCIO DO CARGO DE PRESIDENTE,

USANDO das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 26, do Regimento Interno, e tendo em vista a decisão do Plenário tomada em Sessão Administrativa de 18 DEZ 91

REMOVE o Advogado-de-Ofício Dr. REINALDO SILVA COELHO da 3ª Auditoria da 2ª CUM para a 2ª Auditoria da 2ª CUM.

ANTONIO CARLOS DE NOGUEIRA